



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140939 - BA (2021/0002980-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : ROMILDO RICARDO DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ROMILDO RICARDO DA SILVA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8026247-66.2020.8.05.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente desde 20/07/2020 pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Sustenta risco de contágio referente à covid-19 nos estabelecimentos prisionais, devendo ser observada a Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva e a expedição do alvará de soltura. No mérito, pede o provimento do recurso para que seja restaurado o seu direito constitucional de locomoção.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à Covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento onde está segregado do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 86):

[...]

No caso dos autos, observa-se que a prisão do Paciente ocorreu já no curso da pandemia da COVID-19, tendo o magistrado *a quo* entendido pela necessidade da segregação cautelar, mesmo observando o teor dos atos acima mencionados.

Insta salientar que não restou demonstrada a vulnerabilidade clínica do Paciente, não havendo qualquer indicação de que integre o grupo considerado de risco, composto por idosos, gestantes e portadores de doenças crônicas, tal qual estabelecem as disposições do Ministério da Saúde e a Recomendação nº62/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Além disso, cumpre ressaltar também que, visando a segurança e saúde dos custodiados, a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP) tem adotado diversas medidas de prevenção ao vírus, determinando, inclusive, a suspensão da visitação nas unidades prisionais do Estado, tendo restringido, também, o acesso de qualquer pessoa que apresente os sintomas da doença no interior da unidade prisional, a fim de evitar o ingresso e propagação da enfermidade causada pelo coronavírus (COVID-19) no interior dos presídios.

Assim, observa-se que, apesar da gravidade e excepcionalidade da pandemia que o mundo está vivenciando, constatada a necessidade da prisão, deve ser mantida a custódia, após a devida reavaliação, tal qual ocorrido nos autos.

[...]

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente